

**CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

**CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL N.º 0586/19**

**LICENÇA DE INSTALAÇÃO**

O Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM no uso de suas atribuições, e com base na Lei Municipal 4.253, de 04 de Dezembro de 1985, regulamentada pelo Decreto 5.893, de 16 de Março de 1988, Lei Municipal 7.277, de 17 de Janeiro de 1997 e suas modificações, Deliberações Normativas nº 42/02, 48/03 e 58/07, concede **Licença de Instalação**, à **Superintendência de Desenvolvimento da Capital / SUDECAP** – CNPJ 17.444.886/0001-65, com **validade de 4 (quatro) anos**, para o empreendimento “Obras de Infraestrutura da Bacia do Córrego do Nado – Sub-bacias dos Córregos Marimbondo e Lareira”, que consiste na recuperação ambiental e saneamento dos fundos de vale dos córregos Marimbondo e Lareira, propondo o tratamento integrado dos problemas sanitários, ambientais e sociais nas sub-bacias, a serem implementadas nos Bairros São João Batista e Santa Mônica – Regional Venda Nova, conforme processo Administrativo n.º 01-116.821/12-25 e deliberação em reunião ordinária do dia 25/09/2019.

Esta licença está vinculada ao cumprimento integral das condicionantes, diretrizes e notas dos Anexos I, II, III, IV e V.

Belo Horizonte, 27 de setembro de 2019.

*Mário de Lacerda Werneck Neto*  
**Secretário Municipal de Meio Ambiente**  
**Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente**

**CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL N.º 0586/19 – LICENÇA DE INSTALAÇÃO****EMPREENDEDOR:** Superintendência de Desenvolvimento da Capital - SUDECAP – CNPJ 17.444.886/0001-65.**EMPREENDIMENTO:** Obras de Infraestrutura da Bacia do Córrego do Nado – Sub-bacias dos Córregos Marimbondo e Lareira, que consiste na recuperação ambiental e saneamento dos fundos de vale dos córregos Marimbondo e Lareira, propondo o tratamento integrado dos problemas sanitários, ambientais e sociais nas sub-bacias, a serem implementadas nos Bairros São João Batista e Santa Mônica – Regional Venda Nova.**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01-116.821/12-25 e deliberação em reunião ordinária do dia 25/09/2019.****ANEXO I:**

ITEM	CONDICIONANTES	PRAZOS
1	Executar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e manter, para fins de verificação e fiscalização, Relatórios Trimestrais da execução do mesmo, conforme ANEXO III - Orientação Técnica para Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil.	Durante as obras
2	Apresentar declaração trimestral expedida pelo responsável técnico, acompanhado da respectiva ART de execução do plano, informando sobre o regular cumprimento do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme ANEXO III - Orientação Técnica para Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil. <b>(Ver nota 02)</b>	Durante as Obras
3	Apresentar declaração expedida pelo responsável técnico, acompanhado da respectiva ART de execução, informando sobre o regular cumprimento do Monitoramento de Ruído, ANEXO IV - Orientação Técnica Para Laudo Técnico De Avaliação De Emissões Sonoras. <b>(Ver nota 03)</b>	Durante as Obras
4	Apresentar declaração expedida pelo responsável técnico, acompanhado da respectiva ART de execução, informando sobre o regular cumprimento do Controle das Emissões dos Veículos a Diesel utilizados na obra, com levantamento de opacidade, conforme Nota 3 e ANEXO V - Orientações para auto monitoramento da frota. <b>(Ver nota 04)</b>	Durante as Obras
5	Implantar interceptor, redes complementares e interligações conforme projeto apresentado.	No requerimento da LO
6	Apresentar Cadastro Técnico da COPASA atualizado, comprovando a implantação do Interceptor e da rede do sistema de esgotamento sanitário - ligações residenciais. <b>(Ver nota 05)</b>	No requerimento da LO
7	Executar as obras em APP conforme as Diretrizes para Execução das Obras em APP descritas no Anexo II deste parecer, além de encaminhar relatório fotográfico semestralmente, evidenciando as ações realizadas em atendimento ao Anexo II.	Na execução das obras
8	Implantar as obras de contenções de erosões para o Córrego Lareira, conforme projeto enviado à SMMA, protocolo 13.809/19 e apresentar relatório fotográfico trimestral da execução das obras evidenciando atendimento ao Anexo II. <b>(Ver nota 06)</b>	Durante as Obras

**CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL N.º 0586/19 – LICENÇA DE INSTALAÇÃO****EMPREENDEDOR:** Superintendência de Desenvolvimento da Capital - SUDECAP – CNPJ 17.444.886/0001-65.**EMPREENDIMENTO:** Obras de Infraestrutura da Bacia do Córrego do Nado – Sub-bacias dos Córregos Marimbondo e Lareira, que consiste na recuperação ambiental e saneamento dos fundos de vale dos córregos Marimbondo e Lareira, propondo o tratamento integrado dos problemas sanitários, ambientais e sociais nas sub-bacias, a serem implementadas nos Bairros São João Batista e Santa Mônica – Regional Venda Nova.**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01-116.821/12-25 e deliberação em reunião ordinária do dia 25/09/2019.**

ITEM	CONDICIONANTES	PRAZOS
9	Apresentar quantitativo de mudas que serão plantadas na implantação dos projetos paisagístico e de requalificação de APP aprovados e, caso ainda existam mudas remanescentes, elaborar, para análise e aprovação da SMMA, projeto de arborização das vias localizadas nas proximidades imediatas dos córregos Marimbondo e Lareira, como as vias lindeiras, paralelas e transversais a este. <b>(Ver nota 07)</b>	60 dias
10	Executar a reposição das espécies arbóreas, conforme projeto a ser aprovado pela SMMA e comprovar implantação - relatório fotográfico.	No requerimento da LO
11	Executar, conforme aprovado pela SMMA, o projeto de recuperação e manutenção da APP, e apresentar relatórios trimestrais evidenciando as ações realizadas para recuperação e manutenção da APP. <b>(Ver nota 08)</b>	Durante as obras
12	Apresentar Relatório Semestral de Atividades referente à implementação do Plano de Comunicação e Mobilização Social. <b>(Ver nota 09)</b>	Durante as obras
13	Apresentar Relatório Semestral de Atividades do Programa de Educação Sanitária e Ambiental/Patrimonial.	Durante as obras
14	Apresentar Relatório Semestral de Atividades referente à implementação do Programa de Acompanhamento da Remoção e Reassentamento das famílias.	Durante as obras
15	Recuperar a vegetação que venha a ser danificada ou suprimida inevitavelmente pela implantação do interceptor, ao longo de todo o seu percurso e apresentar relatório.	Durante as obras
16	Implantar os projetos paisagísticos das praças, conforme aprovado pela SMMA.	No requerimento da LO
17	Promover a recuperação integral das ciclofaixas implantadas na Área de Influência Direta e Indireta do empreendimento e executar soluções para os cruzamentos, finalização da(s) rota(s) e conformação com o sistema viário existente em conformidade com a legislação vigente e diretrizes da SMMA. <b>(ver Nota 10)</b>	No requerimento da LO
18	Ensejar a participação da população em oficinas de preservação ambiental, com oficinas para coleta seletiva, com plantação de árvores, limpeza/recuperação de áreas degradadas. Enviar relatório semestral comprovando as ações envolvidas.	Durante as obras

**CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL N.º 0586/19 – LICENÇA DE INSTALAÇÃO****EMPREENDEDOR:** Superintendência de Desenvolvimento da Capital - SUDECAP – CNPJ 17.444.886/0001-65.**EMPREENDIMENTO:** Obras de Infraestrutura da Bacia do Córrego do Nado – Sub-bacias dos Córregos Marimbondo e Lareira, que consiste na recuperação ambiental e saneamento dos fundos de vale dos córregos Marimbondo e Lareira, propondo o tratamento integrado dos problemas sanitários, ambientais e sociais nas sub-bacias, a serem implementadas nos Bairros São João Batista e Santa Mônica – Regional Venda Nova.**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01-116.821/12-25 e deliberação em reunião ordinária do dia 25/09/2019.**

ITEM	CONDICIONANTES	PRAZOS
19	Comprovar a compatibilização do projeto de tratamento de fundo de vale do córrego Lareira – parte 2, compreendido entre as ruas Oscarlina Menezes Guilherme e Expedicionário Américo Fernandes – com o projeto do empreendimento nº 89 do OP 2007/2008. <b>(Ver nota 11)</b>	No requerimento da LO
20	Apresentar documentação comprobatória da ligação do sistema de esgotamento sanitário implantado pelo empreendimento do OP ao interceptor do empreendimento “Obras de Infraestrutura da Bacia do Córrego do Nado: sub-bacia dos córregos Marimbondo e Lareira”, e trecho de ZEIS à montante. <b>(Ver nota 12)</b>	No requerimento da LO
21	Comprovar a aprovação do parcelamento do solo do lote 20 da quadra 48 do CP 162-013-M, separando a área do conjunto da área de intervenção na APP e de instalação dos interceptores de esgoto. <b>(Ver nota 13)</b>	No requerimento da LO
22	Apresentar documento comprobatório junto ao IGAM, da Elaboração do Plano de Segurança, Monitoramento, Manutenção e Inspeção dos dois barramentos, <u>que deverá ser feito antes do início do 1º enchimento dos mesmos</u> , em conformidade com a Portaria IGAM N° 02, de 26 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre a regulamentação dos artigos 8º, 9º, 10, 11 e 12 da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens – PNSB, com a apresentação dos ART’s responsáveis pela implementação dos mesmos. <b>(Ver notas 14 e 15)</b>	No requerimento da LO
23	Apresentar documentação do IGAM referente a outorga: - Rebaixamento de nível de água e/ou afloramento do lençol freático (devido a construção do túnel bala para desvio do córrego marimbondo)	90 dias
24	Apresentar documento de cadastro junto ao IGAM dos barramentos a serem executados no Córrego Lareira, em conformidade com a Portaria IGAM nº 03, de 26 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre os procedimentos para o cadastro de barragens em curso d’água no Estado de Minas Gerais, em observância a Lei Federal nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, e convoca os usuários para o cadastramento.	No requerimento da LO
25	Apresentar manifestação atualizada da SMOBI-DGAU frente as interferências e consequências dessas obras sobre os cursos d’água, conforme estabelecido na Portaria Conjunta SMMA/SMOBI N° 18/2019 de 07 de maio de 2019, que define competência para análise técnica de drenagem no Licenciamento Ambiental.	30 dias

**Notas:**

1. A (s) autorização (ões) para movimentação de terra deverá (ão) ser solicitada (s) à SMMA, acompanhadas das ARTs de projeto e execução das obras.

2. No caso de ser necessário eventuais bota-foras e transporte de terra, deverá ser obtida na Regional correspondente a licença de tráfego dos caminhões.

Arquivo assinado digitalmente. Acesse o site para verificação: <http://smma.pbh.gov.br> - 19RSUCZ2U5SPDCH

Assinante(s): MARIO DE LACERDA WERNECK NETO, SILVIO EDUARDO VIANA GABRICH

**CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL N.º 0586/19 – LICENÇA DE INSTALAÇÃO**

**EMPREENDEDOR:** Superintendência de Desenvolvimento da Capital - SUDECAP – CNPJ 17.444.886/0001-65.

**EMPREENDIMENTO:** Obras de Infraestrutura da Bacia do Córrego do Nado – Sub-bacias dos Córregos Marimbondo e Lareira, que consiste na recuperação ambiental e saneamento dos fundos de vale dos córregos Marimbondo e Lareira, propondo o tratamento integrado dos problemas sanitários, ambientais e sociais nas sub-bacias, a serem implementadas nos Bairros São João Batista e Santa Mônica – Regional Venda Nova.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01-116.821/12-25 e deliberação em reunião ordinária do dia 25/09/2019.**

**3. Para o Monitoramento de Ruído:**

- durante as obras, deverão ser realizadas avaliações de níveis de pressão sonora no entorno do empreendimento contemplando, no mínimo, cinco medições, sendo a 1ª durante a movimentação de terra, a 2ª na época de execução da superestrutura, a 3ª na fase de alvenaria, a 4ª durante o corte de revestimento e a 5ª durante a etapa de instalação de esquadrias.
- 30 dias após cada monitoramento, deverá ser concluído o relatório do monitoramento. Os Relatórios de Monitoramento periódicos, sempre acompanhados de ART, devem permanecer disponíveis na obra, para análise da SMMA e fiscalização.

**4. O plano de monitoramento de controle das emissões para os veículos a Diesel deverá considerar, no mínimo:**

- As especificações estabelecidas na Resolução CONAMA Nº418/09 e na Instrução Normativa IBAMA nº 06/2010;
- Apresentação de certificado de calibração dos opacímetros utilizados;
- As medições de opacidade deverão ser realizadas pelas federações ligadas à CNT através de seu Programa Despoluir (Transporte de Carga FETSCM e Transporte de Passageiros FETRAM) ou por empresas de Inspeção Veicular certificadas pelo INMETRO;
- Para os veículos utilizados na movimentação de terra encaminhar cópia da autorização de tráfego, emitida pela regional para a obra específica;
- O monitoramento deve abranger todos os veículos próprios e terceirizados diretamente ligados ao empreendimento;
- Os relatórios de medição de opacidade, para efeito de análise desta Secretaria, terão validade de seis meses.
- Os veículos inicialmente reprovados devem ser excluídos das atividades, retornando somente após manutenção e aprovação no teste de opacidade. Neste caso, deverão ser encaminhadas as notas fiscais dos serviços de manutenção executados e demais documentos comprobatórios relacionados à avaliação de opacidade do veículo.
- Previsão de encaminhamento de relatórios à SMMA. O relatório deverá conter os laudos de avaliação.
- Deverão ser incluídos os caminhões que realizam movimentação de terra.

**5. Deverá:**

- Apresentar cadastro atualizado das redes implantadas nas bacias do Córrego Marimbondo e Córrego Lareira.
- A COPASA deverá ser acionada, quando da obtenção da LO, para desenvolver ações de conscientização junto a comunidade e implementação do programa caça esgotos, a fim de identificar as ligações factíveis ou não, referente as obras das bacias do Córrego Marimbondo e Lareira.

**6. Adotar medidas para impedir a erosão e/ou assoreamento, assim como aquelas adotadas para evitar a dispersão de poeira e/ou lama durante a execução da movimentação de terra. Deverá ser direcionado todo o material excedente para bota-fora devidamente licenciado pelos órgãos competentes.**

**7. Caso ainda restem espécimes a serem plantados, poderão ser realizadas propostas, a serem acordadas junto à GEAVA-SMMA (Gerência de Jardins e Áreas Verdes) e FMPZB (Fundação Municipal de Parques e Zoobotânica), para plantios em áreas verdes públicas, como é o caso da Reserva Particular Ecológica Municipal Rogério Ferreira Oliveira, Parque Municipal Fazenda Lagoa do Nado e Parque Municipal Alexander Brandt.**

**CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL N.º 0586/19 – LICENÇA DE INSTALAÇÃO**

**EMPREENDEDOR:** Superintendência de Desenvolvimento da Capital - SUDECAP – CNPJ 17.444.886/0001-65.

**EMPREENHIMENTO:** Obras de Infraestrutura da Bacia do Córrego do Nado – Sub-bacias dos Córregos Marimbondo e Lareira, que consiste na recuperação ambiental e saneamento dos fundos de vale dos córregos Marimbondo e Lareira, propondo o tratamento integrado dos problemas sanitários, ambientais e sociais nas sub-bacias, a serem implementadas nos Bairros São João Batista e Santa Mônica – Regional Venda Nova.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01-116.821/12-25 e deliberação em reunião ordinária do dia 25/09/2019.**

Complementarmente, após esgotadas as possibilidades de reposição ambiental acima descritas, poderá ser utilizada a premissa do Art. 7º da referida DN:

*“Art 7º – Caso haja interesse do Município, o plantio de que trata esta Deliberação poderá ser convertido em:*

*I – bens, insumos e serviços voltados diretamente para a manutenção ou aprimoramento da arborização de logradouros públicos ou de espaços livres de uso público e áreas similares;*

*II – valor pecuniário a ser recolhido ao Tesouro Municipal, utilizando-se codificação específica.*

*§ 1º – A conversão a que se referem os incisos I e II deste artigo deverá se relacionar a medidas compensatórias constantes do Anexo III da Deliberação Normativa nº 73, de 11 de julho de 2012, considerando-se, preferencialmente, as de nºs 1 a 12.”*

**8.** O plantio de grama nas áreas onde houve movimentação de terra deverá ser imediato, de forma a evitar a ocorrência de processos erosivos.

**9.** Os relatórios do Programa de Comunicação e Mobilização Social deverão conter todos os informativos impressos enviados aos moradores do entorno com informações sobre o empreendimento; cópias dos convites utilizados na mobilização da população do entorno para as reuniões; as atas das reuniões; sistematização e análise das ações realizadas.

**10.** No trecho de ciclofaixas implantadas nas Avenidas João Samaha e Álvaro Camargos / Ministro Oliveira Salazar deverão ser executadas as seguintes correções:

- *Reforço da pintura de sinalização horizontal nos cruzamentos, pontos de conflitos de circulação, paradas de ônibus, dentre outros: inserir Pictogramas de bicicleta nas esquinas e cruzamentos, bem como ao longo da ciclofaixa, pintura alerta sobre piso quando não houver as tachas refletivas;*
- *Substituição das bocas de lobo com aberturas no sentido contrário ao da passagem das rodas das bicicletas;*
- *Reforço sobre os trechos com a pavimentação danificada.*
- *Execução de soluções para os cruzamentos, finalização da(s) rota(s) e conformação com o sistema viário existente.*

**11.** Para o cumprimento da condicionante 19 manter estreito contato com a URBEL em qualquer hipótese, de forma a atender as diretrizes e condições estabelecidas no parecer técnico UBEL 062/2019. A documentação comprobatória de atendimento deve ser emitida em conjunto com a URBEL. Caso a compatibilização implicar em alteração do projeto aprovado nos termos desta LI, aplica-se a Nota 6.

**12.** Compreende:

- O sistema de esgotamento sanitário implantado pelo OP contempla:
- a ligação da rede de esgoto da rua Oscarlina Menezes Guilherme ao interceptor de esgoto;
- as ligações domiciliares das edificações lindeiras à rua Oscarlina Menezes Guilherme;

**CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL N.º 0586/19 – LICENÇA DE INSTALAÇÃO**

**EMPREENDEDOR:** Superintendência de Desenvolvimento da Capital - SUDECAP – CNPJ 17.444.886/0001-65.

**EMPREENDIMENTO:** Obras de Infraestrutura da Bacia do Córrego do Nado – Sub-bacias dos Córregos Marimbondo e Lareira, que consiste na recuperação ambiental e saneamento dos fundos de vale dos córregos Marimbondo e Lareira, propondo o tratamento integrado dos problemas sanitários, ambientais e sociais nas sub-bacias, a serem implementadas nos Bairros São João Batista e Santa Mônica – Regional Venda Nova.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01-116.821/12-25 e deliberação em reunião ordinária do dia 25/09/2019.**

- a ligação dos efluentes do conjunto habitacional à rua Oscarlina Menezes Guilherme de forma a possibilitar a desativação do sistema de tratamento hoje implantado.

- Apresentar cadastro técnico das redes de esgotamento sanitário implantadas entre as ruas Elce Ribeiro e Oscarlina de Menezes Guilherme.

**13.** Qualquer alteração nos projetos analisados anteriormente pela Urbel deverá ser imediatamente comunicada à Urbel, para nova análise.

**14.** O Plano de Segurança, Monitoramento, Manutenção e Inspeção dos dois barramentos deverá ser elaborado e apresentado ao órgão competente antes do início do 1º enchimento dos mesmos.

**15.** Deverá apresentar junto à SMMA documento que comprove a apresentação do Plano junto ao órgão competente, que comprove a segurança e funcionamento dos barramentos. O plano deverá atender a legislação federal e estadual, conforme Política Nacional de Segurança de Barragem, conforme preconiza a Lei n.º 12.334/2010 – Política Nacional de Segurança de Barragens, a Portaria nº 02/2019 – Regulamenta a Política Nacional de Segurança de Barragens e a Portaria nº 03/2019 – Convoca os usuários para cadastramento de barragem (Alterada pela Portaria nº 23/2019).

Cabe ressaltar que a equipe técnica não é responsável por análise, nem aprovação do Plano de Segurança de Barragem, sendo estes de atribuição do Responsável Técnico a elaboração e apresentação aos órgãos competentes.

**16.** Informar previamente à SMMA eventuais adequações de projetos / cronograma durante as obras.

**17.** Após o atendimento às condicionantes do licenciamento (dentro dos prazos estabelecidos), o empreendedor deverá apresentar documentação comprobatória do atendimento das mesmas.

**CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL N.º 0586/19 – LICENÇA DE INSTALAÇÃO****EMPREENDEDOR:** Superintendência de Desenvolvimento da Capital - SUDECAP – CNPJ 17.444.886/0001-65.**EMPREENDIMENTO:** Obras de Infraestrutura da Bacia do Córrego do Nado – Sub-bacias dos Córregos Marimbondo e Lareira, que consiste na recuperação ambiental e saneamento dos fundos de vale dos córregos Marimbondo e Lareira, propondo o tratamento integrado dos problemas sanitários, ambientais e sociais nas sub-bacias, a serem implementadas nos Bairros São João Batista e Santa Mônica – Regional Venda Nova.**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01-116.821/12-25 e deliberação em reunião ordinária do dia 25/09/2019.****ANEXO II - DIRETRIZES DE EXECUÇÃO DAS OBRAS EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE**

ITEM	Diretrizes de Execução das Obras em Áreas de Preservação Permanente
1	O Canteiro de Obras deverá ser instalado em área fora da APP dos Córregos Lareira e Maribondo, preferencialmente em área plana, cuja drenagem não se direcione diretamente para os córregos.
2	Não será admitido movimento de máquinas e o depósito de materiais nas áreas de APP dos Córregos Lareira e Maribondo, excetuando-se quanto permitido por esta SMMA.
3	Apenas serão transportados para a frente de obras os materiais, equipamentos e ferramentas que serão efetivamente utilizados em cada trecho.
4	Finda a execução de um determinado trecho, deverão ser removidos todos os materiais excedentes: tijolos, brita, areia, sacos de papel, pregos, madeiras, ferramentas e outros.
5	Caso haja necessidade de manutenção de algum equipamento ou ferramenta, ou ainda preparo de tubos e estacas, colocação de graxa em equipamentos, serragem de tubos, montagem de equipamentos, ou outras, essas operações deverão ser sempre realizadas no canteiro e nunca na frente de trabalho.
6	Não serão permitidas refeições dos operários na área de APP, devendo haver local adequado para realização das mesmas no canteiro de obras, que deverá prever banheiros para os operários.
7	Em cada frente de trabalho deverá ser previsto coletor plástico (tipo balde) para recolher resíduos de obras, materiais granulares, aparas, refugos ou lixo pessoal.

**Notas:**

1. As diretrizes constantes do Anexo II deverão ser seguidas, tendo em vista a fragilidade ambiental da APP dos Córregos Lareira e Maribondo.
2. As obras deverão ser executadas com acompanhamento da SMMA e da SARMU-B.
3. Eventuais mudanças no método executivo deverão ser previamente aprovadas pela SMMA.
4. Não será admitido, em hipótese alguma, o uso de veículos e máquinas no interior da APP, a não ser na exceção conforme plano aprovado pela SMMA.
5. Quaisquer danos que porventura venham a ocorrer durante a execução das obras serão de inteira responsabilidade do empreendedor, que responderá às sanções cabíveis.
6. As diretrizes estabelecidas pela SMMA não eximem o empreendedor de atender aos procedimentos de medidas mitigadoras propostas no estudo ambiental apresentado, que também deverão estar previstas no processo licitatório da obra.

Arquivo assinado digitalmente. Acesse o site para verificação: <http://smma.pbh.gov.br> - 19RSUCZ2U5SPDCH

Assinante(s): MARIO DE LACERDA WERNECK NETO, SILVIO EDUARDO VIANA GABRICH



## **CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL N.º 0586/19 – LICENÇA DE INSTALAÇÃO**

**EMPREENDEDOR:** Superintendência de Desenvolvimento da Capital - SUDECAP – CNPJ 17.444.886/0001-65.

**EMPREENDIMENTO:** Obras de Infraestrutura da Bacia do Córrego do Nado – Sub-bacias dos Córregos Marimbondo e Lareira, que consiste na recuperação ambiental e saneamento dos fundos de vale dos córregos Marimbondo e Lareira, propondo o tratamento integrado dos problemas sanitários, ambientais e sociais nas sub-bacias, a serem implementadas nos Bairros São João Batista e Santa Mônica – Regional Venda Nova.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01-116.821/12-25 e deliberação em reunião ordinária do dia 25/09/2019.**

### **ANEXO III - Orientação Técnica para Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil**

#### **I – Introdução**

A Lei Federal 12.305/2010 institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e estabelece a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto até a etapa de disposição final. A Resolução 307/2002 do CONAMA define que o gerador dos resíduos é responsável pela gestão de todo o resíduo que gera.

A citada Resolução estabelece em seu artigo 8º que atividades e empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental deverão ter o Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil analisado durante o processo de licenciamento pelo órgão ambiental competente.

Conforme Lei Municipal 10.522 de 2012, os geradores de resíduos da construção civil, responsáveis pela execução de obras de civis, que estejam sujeitas à obtenção de licença outorgada pelo Poder Executivo deverão elaborar e implementar o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC, conforme estabelecido na legislação.

A legislação preconiza que os resíduos da construção civil devem ser integralmente triados – segundo a classificação definida pela Resolução CONAMA 307/2002 e suas alterações – e ter a destinação ambientalmente adequada. Assim, cabe ao empreendedor enviaar esforços para atender as exigências normativas e legais, contemplando todos os aspectos especificados e adotar sempre as melhores técnicas.

Assim, ao fomentar uma destinação adequada para os resíduos da construção civil e evitar descaminhos e negligências, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA está alinhada com os princípios da política nacional de resíduos sólidos.

#### **II – Aspectos Gerais**

A seguir faz-se uma compilação das legislações e entendimentos técnicos da SMMA com vistas a uniformizar as diretrizes a serem atendidas nos processos de licenciamento com geração de resíduos da construção civil.

Todos os aspectos relativos à estimativa, ao layout do canteiro em suas diversas etapas, à forma de segregação, acondicionamento e transporte e ao destino dos resíduos, devem ser estudados e definidos pela construtora e a consultoria ambiental em conjunto e com antecedência.

É de responsabilidade do gerador a correta caracterização, triagem, acondicionamento, transporte e destinação dos resíduos produzidos. Os resíduos da construção civil devem ser segregados na **FONTE**, ou seja, no canteiro de obras e não devem ser dispostos em aterros de resíduos sólidos urbanos, em áreas de "bota fora", em encostas, corpos d'água, lotes vagos ou em áreas protegidas.

## **CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL N.º 0586/19 – LICENÇA DE INSTALAÇÃO**

**EMPREENDEDOR:** Superintendência de Desenvolvimento da Capital - SUDECAP – CNPJ 17.444.886/0001-65.

**EMPREENHIMENTO:** Obras de Infraestrutura da Bacia do Córrego do Nado – Sub-bacias dos Córregos Marimbondo e Lareira, que consiste na recuperação ambiental e saneamento dos fundos de vale dos córregos Marimbondo e Lareira, propondo o tratamento integrado dos problemas sanitários, ambientais e sociais nas sub-bacias, a serem implementadas nos Bairros São João Batista e Santa Mônica – Regional Venda Nova.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01-116.821/12-25 e deliberação em reunião ordinária do dia 25/09/2019.**

Os resíduos devem ser adequadamente classificados e segregados em Classes A, B, C e D, conforme classes preconizadas pela Resolução CONAMA 307/02 e suas alterações. Em hipótese alguma os resíduos poderão ser misturados. Também é necessária a segregação dentro da mesma classe, tais como os resíduos Classe B, que devem ser separados por tipo (ex: madeira, metal, papel, plástico e gesso);

Não deve ocorrer a identificação/classificação de resíduos identificados por “mix de resíduos”, “resíduos volumosos”, “resíduos de construção civil”, “entulho” etc.

- **Resíduos Classe A** - devem ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros;

São resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como:

- a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem;
- b) de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto;
- c) de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meio-fio etc.) produzidas nos canteiros de obras;

Quando se tratar de solo proveniente de retirada de fundo de vale, deverão ser seguidos os termos das Resoluções CONAMA 420/2009, 459/12 e 460/2013, no que couber.

Quando se tratar de solo contaminado proveniente de descomissionamento de postos de combustíveis, indústrias, entre outros deverá ser segregado e destinado como resíduos perigosos.

- **Resíduos Classe B** - são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como, plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras, embalagens vazias de tintas imobiliárias (escorridas/limpas) e gesso; (*Redação dada pela Resolução nº 469/2015*). Devem ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

A reciclagem deve ser entendida, conforme Lei Estadual nº 18.031 de 2009, como o processo de transformação de resíduos sólidos, que pode envolver a alteração das propriedades físicas ou químicas dos mesmos, tornando-os insumos destinados a processos produtivos. A Deliberação Normativa 154/2010 do COPAM estabelece o coprocessamento como a utilização de resíduos para substituição de matérias-primas e/ou aproveitamento energético em fornos de clínquer.

Arquivo assinado digitalmente. Acesse o site para verificação: <http://smma.pbh.gov.br> - 19RSUCZ2U5SPDCH

Assinante(s): MARIO DE LACERDA WERNECK NETO, SILVIO EDUARDO VIANA GABRICH

**CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL N.º 0586/19 – LICENÇA DE INSTALAÇÃO****EMPREENDEDOR: Superintendência de Desenvolvimento da Capital - SUDECAP – CNPJ 17.444.886/0001-65.****EMPREENHIMENTO: Obras de Infraestrutura da Bacia do Córrego do Nado – Sub-bacias dos Córregos Marimbondo e Lareira, que consiste na recuperação ambiental e saneamento dos fundos de vale dos córregos Marimbondo e Lareira, propondo o tratamento integrado dos problemas sanitários, ambientais e sociais nas sub-bacias, a serem implementadas nos Bairros São João Batista e Santa Mônica – Regional Venda Nova.****PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01-116.821/12-25 e deliberação em reunião ordinária do dia 25/09/2019.**

A Deliberação Normativa 154/2010 do COPAM estabelece, ainda, que as empresas que exercem a atividade de coprocessamento dependem das Licenças Prévia, de Instalação e de Operação concedidas pelo COPAM, para utilizarem o forno de clínquer para coprocessamento dos seus resíduos.

Esta SMMA, em se tratando de destino de resíduos da construção civil para o coprocessamento, entende que, para tal, deverá ser apresentado os seguintes documentos:

- 1 - Licença Ambiental da empresa receptora;
- 2 - Anuência do órgão licenciador de que o resíduo poderá ser coprocessado;
- 3- Documento comprobatório de recebimento do resíduo emitido pela empresa de coprocessamento. Este documento poderá ser o próprio CTR do resíduo, preenchido com a identificação do destino final pela empresa de coprocessamento, ou na sua impossibilidade a documentação deverá identificar, no mínimo, o gerador, o resíduo, a quantidade recebida (peso ou volume), a data de recebimento e anexar a cópia do CTR.

Considerando as dificuldades de reciclagem ambientalmente mais adequada dos Resíduos Classe B, tais como, madeira e sacos de cimento, estes deverão ter segregação especial e poderão ter como opção de alternativa tecnológica a reciclagem por meio do coprocessamento como insumo (fonte energética).

**Madeira**

O procedimento ideal para resíduo de madeira é a reutilização das peças exaustivamente, e dimensionando as para uso diversificado em local próximo à carpintaria, com formação de estoques intermediários. A madeira utilizada na construção civil está, frequentemente, contaminada por substâncias químicas (fungicidas, desmoldantes, tintas, etc.).

Considerando o princípio da precaução, que deve nortear as análises técnicas, a impossibilidade/dificuldade da avaliação de contaminação, rastreamento e comprovação da origem da madeira nas diversas etapas da obra, o resíduo de madeira proveniente da construção civil é considerado pela SMMA como um resíduo contaminado, devendo, assim, ser direcionada ao coprocessamento.

Para tanto, é necessário que as empresas que farão o coprocessamento utilizando madeira de construção civil como insumo (fonte energética) sejam devidamente licenciadas para tal, de forma que seja garantida a observação de todos os mecanismos de controle (Ex: tratamento de efluentes atmosféricos, entre outros) em seu processo produtivo (matéria prima ou combustível).

Não será aceito o uso de resíduo de madeira, proveniente da construção civil, como fonte de energia em estabelecimentos comerciais (ex. fornos de padaria, pizzaria, etc.) ou em estabelecimentos de serviços (ex. caldeira de academia, etc.).

A queima de resíduos de madeira em equipamentos não preparados para tratar as emissões atmosféricas, não são autorizados, devido à possibilidade presença de conservantes ou outros produtos químicos na madeira, que podem gerar efluente atmosférico nocivos à saúde. O uso de resíduos de madeira proveniente da construção civil como fonte de energia em fornos de indústria de cerâmicas, só será aceito em casos que o órgão ambiental licenciador se manifeste especificamente atestando a possibilidade de uso destes resíduos.

Arquivo assinado digitalmente. Acesse o site para verificação: <http://smma.pbh.gov.br> - 19RSUCZ2U5SPDCH

Assinante(s): MARIO DE LACERDA WERNECK NETO, SILVIO EDUARDO VIANA GABRICH

## **CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL N.º 0586/19 – LICENÇA DE INSTALAÇÃO**

**EMPREENDEDOR:** Superintendência de Desenvolvimento da Capital - SUDECAP – CNPJ 17.444.886/0001-65.

**EMPREENDIMENTO:** Obras de Infraestrutura da Bacia do Córrego do Nado – Sub-bacias dos Córregos Marimbondo e Lareira, que consiste na recuperação ambiental e saneamento dos fundos de vale dos córregos Marimbondo e Lareira, propondo o tratamento integrado dos problemas sanitários, ambientais e sociais nas sub-bacias, a serem implementadas nos Bairros São João Batista e Santa Mônica – Regional Venda Nova.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01-116.821/12-25 e deliberação em reunião ordinária do dia 25/09/2019.**

Resíduo lenhoso procedente de supressão arbórea deverá estar contemplado no Relatório, com destino ambientalmente correto e com prioridade de uso na compostagem.

### **Sacos de cimento**

O saco de cimento deve ser classificado como Resíduo Classe B. Conforme estabelecido na Legislação Estadual nº 18.031 de 2009, no Art. 46-F *“Havendo alternativa tecnológica viável para a reutilização ou a reciclagem de resíduos sólidos Classe I - Perigosos ou Classe II-A - Não inertes, fica proibida a sua disposição final em aterros industriais”*. Diante do exposto, os sacos de cimentos deverão ter segregação especial e podem adotar, dentre outras, a alternativa tecnológica da reciclagem por meio do coprocessamento como insumo (fonte energética).

### **Gesso**

O gesso conforme Resolução CONAMA 307/02, deve ser reciclado. A reciclagem dos resíduos de gesso é tecnicamente possível, com várias aplicações. A segregação do resíduo de gesso no momento da geração e o controle de sua contaminação nas etapas de estoque e transporte são condição para tornar a reciclagem possível. Deverão ser utilizados sempre contenedores cobertos, para livrá-los das intempéries.

O gesso é considerado contaminante com possibilidade de inviabilizar a segregação/aproveitamento correto de outros materiais a ele misturados, assim como, o perigo de alteração significativa do solo e da água. Desta forma, sua segregação deverá ser feita de maneira que não haja mistura com outros resíduos, com especial atenção para os de Classe A. Estes resíduos não devem ser encaminhados a aterros. Salienta-se que este resíduo não deve ser encaminhado a aterros, sendo considerada adequada sua destinação a cimenteiras.

### **Latas de tinta**

As latas de tintas escuras e limpas, bem como, aquelas provenientes de tintas a base de água são classificadas como resíduos Classe B, portanto, deverá ser seguido o destino preconizado pela Resolução Conama 307 e suas alterações.

No âmbito da Resolução 469/15 que altera a Resolução CONAMA no 307, consideram-se embalagens vazias de tintas imobiliárias, aquelas cujo recipiente apresente apenas filme seco de tinta em seu revestimento interno, sem acúmulo de resíduo de tinta líquida.

As embalagens de tintas usadas na construção civil deverão ser submetidas a um sistema de logística reversa, conforme requisitos da Lei nº 12.305/2010, que contemple a destinação ambientalmente adequados dos resíduos de tintas presentes nas embalagens (Redação dada pela Resolução nº 469/2015).

Caso a logística reversa não se viabilize a SMMA considera aceitável a condução das latas de tinta para reciclagem - coprocessamento (matéria prima) em indústria siderúrgica.

## **CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL N.º 0586/19 – LICENÇA DE INSTALAÇÃO**

**EMPREENDEDOR:** Superintendência de Desenvolvimento da Capital - SUDECAP – CNPJ 17.444.886/0001-65.

**EMPREENDIMENTO:** Obras de Infraestrutura da Bacia do Córrego do Nado – Sub-bacias dos Córregos Marimbondo e Lareira, que consiste na recuperação ambiental e saneamento dos fundos de vale dos córregos Marimbondo e Lareira, propondo o tratamento integrado dos problemas sanitários, ambientais e sociais nas sub-bacias, a serem implementadas nos Bairros São João Batista e Santa Mônica – Regional Venda Nova.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01-116.821/12-25 e deliberação em reunião ordinária do dia 25/09/2019.**

- Resíduos Classe C - são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem ou recuperação; (*Redação dada pela Resolução nº 431/11*).
- Resíduos Classe D - são resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos (estopas, pinceis, rolos) e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde. (*Redação dada pela Resolução nº 348/04*). No caso de utilização de serragem para absorção de óleo, esta deverá ser destinada como resíduo perigoso.

Estes resíduos devem ser armazenados em contenedores separados, em local coberto e protegido, com acesso restrito às pessoas responsáveis pelo seu manuseio. Conforme Resolução 448/12 os resíduos Classe D devem ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

O transporte de resíduos perigosos deverá executado por empresas que possuam autorização específica para transporte de resíduo perigoso emitido pela SEMAD – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Nos relatórios periódicos deverá ser informado o responsável pelo transporte de cada classe de resíduo e encaminhada documentação comprobatória de sua autorização;

### **III – Destino em Áreas de Transbordo e Triagem- ATT**

Nas áreas de ATT é possível realizar a triagem dos resíduos recebidos, eventual processamento e posterior remoção para a adequada destinação final, portanto, estes empreendimentos não atuam local de destino final.

Em processos, que se utilizam áreas de ATT, faz-se necessário que se apresente no Relatório de Monitoramento o destino final conforme cada tipo de resíduo. Para tanto, deverá ser apresentando documento comprobatório do recebedor final e a respectiva Licença Ambiental do mesmo. As cópias das licenças ambientais das empresas receptoras dos resíduos devem estar acompanhadas das respectivas condicionantes. A documentação apresentada deve trazer o escopo dos materiais autorizados para recebimento.

### **IV – Apresentação dos Relatórios de Monitoramento**

Os Relatórios de Monitoramento periódicos devem contemplar o volume gerado por cada tipo de resíduo, a descrição da forma e local disponibilizado para acondicionamento e estarem acompanhados por fotos. Deverá ser apresentada a documentação comprobatória do destino final e do transporte, anexando cópias das licenças relativas às empresas receptoras dos resíduos e de transporte (no caso de resíduos perigosos).

O Relatório de Monitoramento deverá conter no mínimo os seguintes itens:

1 – Identificação.

I - Obra / Empreendedor

Arquivo assinado digitalmente. Acesse o site para verificação: <http://smma.pbh.gov.br> - 19RSUCZ2U5SPDCH

Assinante(s): MARIO DE LACERDA WERNECK NETO, SILVIO EDUARDO VIANA GABRICH

**CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL N.º 0586/19 – LICENÇA DE INSTALAÇÃO****EMPREENDEDOR:** Superintendência de Desenvolvimento da Capital - SUDECAP – CNPJ 17.444.886/0001-65.**EMPREENHIMENTO:** Obras de Infraestrutura da Bacia do Córrego do Nado – Sub-bacias dos Córregos Marimbondo e Lareira, que consiste na recuperação ambiental e saneamento dos fundos de vale dos córregos Marimbondo e Lareira, propondo o tratamento integrado dos problemas sanitários, ambientais e sociais nas sub-bacias, a serem implementadas nos Bairros São João Batista e Santa Mônica – Regional Venda Nova.**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01-116.821/12-25 e deliberação em reunião ordinária do dia 25/09/2019.**

II - Responsável técnico (elaboração e implantação do PGRCC)

2 – Identificar o período, a etapa da obra e as atividades realizadas no período.

3 – Identificar e classificar os resíduos gerados no período (com fotos):

6 – Descrever forma de segregação (com fotos).

7 – Descrever forma de armazenamento (temporário e não temporário) (com fotos).

8 – Descrever a destinação.

9 – Apresentar documentação (rastreabilidade) – Licenças/Alvará de Localização e Funcionamento

i - Transportadores

ii - Áreas receptoras

iii - Destino final – (certificado do recebimento pelo destino final)

10 – Cópias dos CTRs e cópia do CDF – Certificado de Destinação Final (quando for enviado para área de ATT).

11 - Planilha Resumo - o Relatório de Monitoramento deverá vir acompanhado da Planilha Resumo dos Resíduos no período, preferencialmente utilizando o modelo abaixo:

Obra: XXXXXXXXXXXXX				
Resumo Mensal de Destinação de Resíduos				
Classe A				
Resíduo: Solo				
Nº CTR	Data	Quantidade (m3)	Quantidade (Kg)	Local de Destino
Resíduo: Concreto				
Nº CTR	Data	Quantidade (m3)	Quantidade (Kg)	Local de Destino

**CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL N.º 0586/19 – LICENÇA DE INSTALAÇÃO****EMPREENDEDOR:** Superintendência de Desenvolvimento da Capital - SUDECAP – CNPJ 17.444.886/0001-65.**EMPREENHIMENTO:** Obras de Infraestrutura da Bacia do Córrego do Nado – Sub-bacias dos Córregos Marimbondo e Lareira, que consiste na recuperação ambiental e saneamento dos fundos de vale dos córregos Marimbondo e Lareira, propondo o tratamento integrado dos problemas sanitários, ambientais e sociais nas sub-bacias, a serem implementadas nos Bairros São João Batista e Santa Mônica – Regional Venda Nova.**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01-116.821/12-25 e deliberação em reunião ordinária do dia 25/09/2019.**

Resíduo: Alvenaria				
Nº CTR	Data	Quantidade (m3)	Quantidade (Kg)	Local de Destino
Classe B				
Resíduo: Papel				
Nº CTR	Data	Quantidade (m3)	Quantidade (Kg)	Local de Destino
Resíduo: Madeira				
Nº CTR	Data	Quantidade (m3)	Quantidade (Kg)	Local de Destino
Resíduo: Aço				
Nº CTR	Data	Quantidade (m3)	Quantidade (Kg)	Local de Destino

**CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL N.º 0586/19 – LICENÇA DE INSTALAÇÃO**

**EMPREENDEDOR:** Superintendência de Desenvolvimento da Capital - SUDECAP – CNPJ 17.444.886/0001-65.

**EMPREENHIMENTO:** Obras de Infraestrutura da Bacia do Córrego do Nado – Sub-bacias dos Córregos Marimbondo e Lareira, que consiste na recuperação ambiental e saneamento dos fundos de vale dos córregos Marimbondo e Lareira, propondo o tratamento integrado dos problemas sanitários, ambientais e sociais nas sub-bacias, a serem implementadas nos Bairros São João Batista e Santa Mônica – Regional Venda Nova.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01-116.821/12-25 e deliberação em reunião ordinária do dia 25/09/2019.**

**V - Documentação a ser apresentada nos Relatórios de Monitoramento**

**1 - Resíduos Terra (solo)**

I – Autorização para Movimento de Terra emitido pela SMMA;

II – Autorização de Tráfego; (quando for realizado por caminhões emitido pela SUREG)

III – Cadastro de Veículos; (quando for realizado por caminhão emitido pela SUREG)

IV - Alvará de Localização e Funcionamento para coleta de resíduo não perigoso através de caçamba; e a Licença de Caçamba emitido pela SUREG (qd o transportador fizer uso de caçamba)

**2 – Resíduos Classe A, B ou C**

I - Documento do transportador:

A - Alvará de Localização e Funcionamento para CNAE, emitido pela SUREG:

CNAE – 381140001 – Coleta de resíduo não perigoso através de caçamba; ou

CNAE – 38114002 – Coleta de resíduo não perigoso exceto através de caçamba;

B - Licença de Caçamba, emitido pela SUREG (qd o transportador faz uso de caçamba).

III – Documento da área de ATT: Licença Ambiental;

IV – Documento do receptor final: Licença Ambiental do destino final.

**3 – Resíduos Classe D**

I - Alvará de Localização para coleta de resíduo perigoso CNAE -38122000, emitido pela SUREG.

II – Autorização Ambiental da SEMAD (SUPRAM) para Transporte de resíduo perigoso, qd for dentro do Estado. Quando o transporte for interestadual a Autorização deverá ser do IBAMA.

III – Documento do receptor final: Licença Ambiental do destino final.

**Nota:**

I - Para transporte por caminhão deve possuir o Cadastro de Veículo e Autorização de Transporte.

II – Para transporte por caçamba deve possuir o Alvará de Coleta de Resíduo e a Licença de Caçamba

III - Em se tratando de destino de resíduos para coprocessamento apresentar:

Licença Ambiental da empresa receptora;

Documento comprobatório de recebimento do resíduo emitido pela empresa de coprocessamento. Este documento se refere ao CDF - Certificado de Destinação Final, que se refere ao documento comprobatório o receptor final. Poderá ser apresentado também o próprio CTR do resíduo, quando for o caso, que deverá ser preenchido com a identificação do destino final pela empresa de coprocessamento. A documentação deverá identificar, no mínimo, o gerador, o resíduo, a quantidade recebida (peso ou volume), a data de recebimento.

**VI – Modelo de CTR a ser usado na obra para transporte dos resíduos**



**CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL N.º 0586/19 – LICENÇA DE INSTALAÇÃO****EMPREENDEDOR:** Superintendência de Desenvolvimento da Capital - SUDECAP – CNPJ 17.444.886/0001-65.**EMPREENHIMENTO:** Obras de Infraestrutura da Bacia do Córrego do Nado – Sub-bacias dos Córregos Marimbondo e Lareira, que consiste na recuperação ambiental e saneamento dos fundos de vale dos córregos Marimbondo e Lareira, propondo o tratamento integrado dos problemas sanitários, ambientais e sociais nas sub-bacias, a serem implementadas nos Bairros São João Batista e Santa Mônica – Regional Venda Nova.**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01-116.821/12-25 e deliberação em reunião ordinária do dia 25/09/2019.**

CTR - COMPROVANTE DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS			
<b>1 - CARACTERIZAÇÃO DO RESÍDUO TRANSPORTADO</b>			
TIPO DE RESÍDUO TRANSPORTADO:			VOLUME (m³)/ PESO (ton)
CLASSE A:			
<input type="checkbox"/>	CONCRETO, ARGAMASSA, ALVENARIA	<input type="checkbox"/> SOLO	<input type="checkbox"/> OUTRO. ESPECIFICAR: _____
CLASSE B:			
<input type="checkbox"/>	MADEIRA	<input type="checkbox"/> PAPEL, PAPELÃO	<input type="checkbox"/> METAIS
<input type="checkbox"/>	LATAS DE TINTA VAZIAS	<input type="checkbox"/> PLÁSTICO	<input type="checkbox"/> VIDRO
<input type="checkbox"/> OUTRO. ESPECIFICAR: _____			
CLASSE C:			
ESPECIFICAR RESÍDUO: _____			
CLASSE D:			
<input type="checkbox"/>	TINTAS, SOLVENTES, ÓLEOS	<input type="checkbox"/> AMIANTO	<input type="checkbox"/> OUTROS. ESPECIFICAR: _____
<b>2 - GERADOR</b>			
NOME OU RAZÃO SOCIAL			ASSINATURA/CARIMBO
ENDEREÇO		Nº	
BAIRRO		MUNICÍPIO	
TEL		UF	
CPF OU CNPJ		DATA	
<b>3 - TRANSPORTADOR</b>			
NOME OU RAZÃO SOCIAL			ASSINATURA/CARIMBO
ENDEREÇO		Nº	
BAIRRO		MUNICÍPIO	
TEL		UF	
CPF OU CNPJ		DATA	
NOME DO CONDUTOR			ASSINATURA/CARIMBO
BAIRRO		MUNICÍPIO	
TEL		UF	
CPF OU CNPJ		DATA	
NOME DO CONDUTOR			
NOME OU RAZÃO SOCIAL			ASSINATURA/CARIMBO
ENDEREÇO		Nº	
BAIRRO		MUNICÍPIO	
TEL		UF	
CPF OU CNPJ		DATA	

Arquivo assinado digitalmente. Acesse o site para verificação: <http://smma.pbh.gov.br> - 19RSUCZ2U5SPDCH

Assinante(s): MARIO DE LACERDA WERNECK NETO, SILVIO EDUARDO VIANA GABRICH

**CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL N.º 0586/19 – LICENÇA DE INSTALAÇÃO**

**EMPREENDEDOR:** Superintendência de Desenvolvimento da Capital - SUDECAP – CNPJ 17.444.886/0001-65.

**EMPREENDIMENTO:** Obras de Infraestrutura da Bacia do Córrego do Nado – Sub-bacias dos Córregos Marimbondo e Lareira, que consiste na recuperação ambiental e saneamento dos fundos de vale dos córregos Marimbondo e Lareira, propondo o tratamento integrado dos problemas sanitários, ambientais e sociais nas sub-bacias, a serem implementadas nos Bairros São João Batista e Santa Mônica – Regional Venda Nova.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01-116.821/12-25 e deliberação em reunião ordinária do dia 25/09/2019.**

**ANEXO IV - DIRETRIZES DE RUÍDO**

As Diretrizes a seguir têm como objetivo orientar o empreendedor sob a forma como deverão ser realizadas as avaliações das emissões sonoras.

As avaliações sonoras que subsidiarão a apresentação do Laudo Técnico deverão estar em conformidade com a Lei Ambiental do Município de Belo Horizonte, a Lei Municipal nº 9.505/08, e obedecendo ainda a DN 167/2011 do COPAM e as recomendações da Norma 7.731 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT 10.151/2000 ou de suas sucessoras, no que couber.

O laudo técnico deverá seguir as instruções abaixo:

**1. INSTRUÇÕES:**

- As medições deverão ser feitas com medidor de Nível de Pressão Sonora em decibéis (dB), para a escala de ponderação A, avaliando o nível de ruído de fundo e fonte em cada ponto analisado. Ou seja, identificar ruído de fundo e fonte separadamente.
- As avaliações por dosimetria devem ser descartadas.
- As avaliações devem ser feitas em condições climáticas favoráveis, ou seja, sem interferência de chuva, trovões ou ventos.
- Os horários de avaliação são os previstos na Legislação Municipal, diurno, vespertino e noturno, com ênfase para o horário noturno por ser este o mais restritivo em valores admitidos de níveis de ruído.
- As avaliações deverão ser feitas no local (is) onde se dá o suposto incômodo, conforme Lei 9505/08 registrando as distâncias deste (s) em relação à fonte.
- Identificar as áreas atingidas direta e indiretamente pelos possíveis impactos de ruídos provocados pelo empreendimento.

**2. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO:**

- Especificação do (s) equipamento (s) e acessório (s) utilizado (s);
- Apresentação de croqui de localização identificando o local da fonte de ruídos e os pontos de avaliação onde se dá o suposto incômodo. Identificar e caracterizar os tipos de ocupação das edificações do entorno de acordo com a Lei de Parcelamento Uso e Ocupação do Solo, nº 7.166/96;
- Informar o nível médio do ruído (Leq) de fundo (sem contribuição do ruído da fonte) em cada ponto de avaliação;
- Informar o nível médio de ruído (Leq) proveniente da fonte e fundo integrados;
- Identificar o nível médio de ruído proveniente apenas da fonte (cálculo entre ruído total e ruído de fundo);
- Especificação do tempo médio de duração da coleta em cada ponto de avaliação;
- Análise dos resultados segundo as normas e critérios da Lei 9.505/08, com elaboração de laudo final conclusivo.
- Apresentar cópia do certificado de calibração (atualizado) dos equipamentos utilizados nos ensaios/medições.

**CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL N.º 0586/19 – LICENÇA DE INSTALAÇÃO****EMPREENDEDOR: Superintendência de Desenvolvimento da Capital - SUDECAP – CNPJ 17.444.886/0001-65.****EMPREENDIMENTO: Obras de Infraestrutura da Bacia do Córrego do Nado – Sub-bacias dos Córregos Marimbondo e Lareira, que consiste na recuperação ambiental e saneamento dos fundos de vale dos córregos Marimbondo e Lareira, propondo o tratamento integrado dos problemas sanitários, ambientais e sociais nas sub-bacias, a serem implementadas nos Bairros São João Batista e Santa Mônica – Regional Venda Nova.****PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01-116.821/12-25 e deliberação em reunião ordinária do dia 25/09/2019.**

- Apresentar cópia de registro/homologação da empresa responsável pelos ensaios, feito por empresa acreditada junto ao INMETRO ou homologada pela FEAM ou outro órgão da rede metrológica estadual conforme determina a DN 167/11 do COPAM (todos atualizados).
- As empresas prestadoras de serviços de calibração e ensaios deverão atender à DN 167-11 do COPAM.
- Apresentar ART específica do profissional responsável pelo laudo de avaliação de níveis de pressão sonora. Caso seja pessoa jurídica deverá apresentar certificado de creditação da empresa junto a Rede Metrológica de Minas Gerais – RMMG, atualizados.
- Conforme determina a NBR 10151/2000, o medidor de nível de pressão sonora e o calibrador acústico devem ter certificado de calibração do Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial - INMETRO ou da Rede Brasileira de Calibração – RBC, renovado no mínimo a cada dois anos.

**Observação:** Os laboratórios de calibração devem atender em seu escopo as atividades de acústica e vibração e devem ser acreditados pelo INMETRO ou por órgão da rede metrológica estadual.

**ANEXO V - ORIENTAÇÕES PARA AUTOMONITORAMENTO DA FROTA**

Para o automonitoramento da frota deverão ser seguidas as seguintes orientações:

- As medições devem seguir as definições de limites da Resolução CONAMA 418/09 e os procedimentos da Instrução Normativa nº 06/10 do IBAMA.
- Para realizar as medições, devem ser utilizados exclusivamente opacímetros certificados pelo INMETRO que atendam às especificações da ABNT (anexar cópia dos certificados de calibração).
- As medições de opacidade deverão ser realizadas pelas federações ligadas à CNT através de seu Programa Despoluir (Transporte de Carga FETCEMG e Transporte de Passageiros FETRAM) ou por empresas de Inspeção Veicular certificadas pelo INMETRO.
- Os relatórios de medição de opacidade devem ser individuais por veículo.
- Os veículos inicialmente reprovados devem ser excluídos das atividades, retornando somente após manutenção e aprovação no teste de opacidade. Neste caso, deverão ser encaminhadas as notas fiscais dos serviços de manutenção executados e demais documentos comprobatórios relacionados à avaliação de opacidade do veículo.
- O período entre as medições de opacidade e a conclusão do relatório não poderá ser superior a 30 (trinta) dias.
- Os resultados apurados deverão seguir a planilha abaixo:

**PLANILHA DE AUTO-MONITORAMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS**

Nº de ordem do veículo	Linha	Modelo Chassi e/ou motor	Ano de Fabricação	Placa	Tipo (passageiro ou carga)	Aspirado ou Turbinado	Resultado Apurado	Limite Manual do Veículo	Data da avaliação

Arquivo assinado digitalmente. Acesse o site para verificação: <http://smma.pbh.gov.br> - 19RSUCZ2U5SPDCH

Assinante(s): MARIO DE LACERDA WERNECK NETO, SILVIO EDUARDO VIANA GABRICH

**CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL N.º 0586/19 – LICENÇA DE INSTALAÇÃO**

**EMPREENDEDOR:** Superintendência de Desenvolvimento da Capital - SUDECAP – CNPJ 17.444.886/0001-65.

**EMPREENHIMENTO:** Obras de Infraestrutura da Bacia do Córrego do Nado – Sub-bacias dos Córregos Marimbondó e Lareira, que consiste na recuperação ambiental e saneamento dos fundos de vale dos córregos Marimbondó e Lareira, propondo o tratamento integrado dos problemas sanitários, ambientais e sociais nas sub-bacias, a serem implementadas nos Bairros São João Batista e Santa Mônica – Regional Venda Nova.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01-116.821/12-25 e deliberação em reunião ordinária do dia 25/09/2019.**

DOS RELATÓRIOS DE MONITORAMENTO – CONFORME OFÍCIO – CIRCULAR SMMA Nº1212, EXPEDIDO EM 13 DE MAIO DE 2019

Segundo dispõem o Ofício Circular SMMA Nº1212º para o acompanhamento do automonitoramento da frota o empreendedor deve apresentar trimestralmente declaração expedida pelo responsável técnico, informando sobre o seu regular cumprimento.

Os relatórios periódicos do automonitoramento da frota, devem permanecer disponíveis na obra/empreendimento, para análise da SMMA e fiscalização. Por ocasião de verificação na obra/empreendimento, a SMMA poderá retirá-los temporariamente para proceder às devidas análises. Neste momento, as paginas deverão numeradas e visadas pelo responsável e emitindo recibo pelo técnico da SMMA ou fiscal.

As declarações apresentadas periodicamente à SMMA devem estar anexadas aos respectivos Relatórios Periódicos mantidos na obra/empreendimento.



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

ASSINATURA DIGITAL  
PBH

Seguindo a orientação dos governos de simplificar os procedimentos administrativos, imprimir maior qualidade e produtividade, bem como de assegurar o direito de acesso pleno à informação pelo usuário do serviço público, em conformidade com as disposições da Constituição Federal, da Lei Federal de Arquivos n.º 8.159/1991 e do Decreto Municipal n.º 15.746/14, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - PBH, com a intenção de simplificar e agilizar a tramitação de seus processos, iniciou a utilização da Assinatura Digital.

Arquivo assinado digitalmente. Acesse o site para verificação: <http://smma.pbh.gov.br> - 19RSUCZ2U5SPDCH

Assinante(s): MARIO DE LACERDA WERNECK NETO, SILVIO EDUARDO VIANA GABRICH